

Eleições ANFIP: o que você precisa saber para votar nos dias 29 e 30/11

Associado, a ANFIP está em processo eleitoral para escolha dos novos integrantes dos Conselhos Executivo e Fiscal da Entidade, para o mandato de 2022 a 2023. **A votação será exclusivamente por meio eletrônico, nos dias 29 e 30 de novembro.**

Para que você saiba tudo sobre as eleições e exerça seu direito de votar, disponibilizamos as orientações a seguir:

Quem são os candidatos? A ANFIP criou uma página na internet sobre as eleições de 2021. No hotsite, estão disponíveis os nomes, as fotos e as propagandas dos integrantes da chapa única ao Conselho Executivo e das nove candidaturas individuais ao Conselho Fiscal. Clique [AQUI](#) para visualizar.

Quem pode votar? Associado ATIVO ou APOSENTADO, que esteja com as mensalidades em dia.

Onde votar? A votação será exclusivamente pela internet, no hotsite das eleições (eleicoes.anfip.org.br), clicando no botão **VOTAR**, que estará disponível somente nos dias da votação.

Como votar - Para acessar a área de votação no hotsite (eleicoes.anfip.org.br), o associado precisará informar, primeiramente, seu CPF. Depois disso, será encaminhado para o e-mail e número de celular cadastrados na base de dados da ANFIP um código (token). Você deve informar esse código na página que vai abrir. Concluída esta etapa, é hora de escolher os candidatos.

Nos próximos dias, a ANFIP vai encaminhar um passo a passo de como votar. Fique atento ao seu e-mail e ao site da Associação (anfip.org.br).



Atualização de dados - É importante que as informações do associado estejam atualizadas na base de dados da ANFIP, principalmente **número de celular e e-mail**, onde receberá o código para acessar a página de votação. Caso precise atualizar os dados, o prazo é até dia 27/11, às 23h59 (horário de Brasília), para regularizar a situação. Depois desta data, o **banco de dados para o sistema de votação será lacrado e o associado não poderá registrar seu voto.**

Para verificar sua situação cadastral ou se está com as mensalidades em dia, entre em contato pelos telefones 0800 700 6167 – opção 1, ou (61) 3251-8110 (61) 3251-8114 – Zelita ou Cristina.

Confira as notícias divulgadas no site da ANFIP e acesse todos os documentos sobre o processo eleitoral no endereço eleicoes.anfip.org.br.

Associado, aproveite os últimos dias para solicitar a Agenda 2022

Associados, a Agenda 2022 já está em produção. Como é feito todos os anos, o material só será enviado para aqueles que **manifestarem interesse** em recebê-lo até **dia 22/11**.

Portanto, se você quer receber a Agenda 2022, clique [AQUI](#) e manifeste seu interesse. Basta preencher os campos solicitados que o pedido será registrado automaticamente.

A ANFIP ressalta que, como as agendas serão produzidas exatamente de acordo com a demanda, elas serão enviadas somente para aqueles que se manifestarem.



Live: Jurídico lança ANFIP Família e esclarece processos em andamento
PÁGINAS 3 e 4

Mobilização contra Reforma Administrativa continua
PÁGINA 6

Aproveite a Carência Zero e faça sua adesão ao plano de saúde
PÁGINA 8

IRPF 2022: Participe da campanha Doação Incentivada e ajude quem precisa!

A ANFIP tem mais uma dica imperdível para quem deseja praticar o bem e não sabe por onde começar. Até o dia 31 de dezembro, você pode fazer doações incentivadas que são destinadas a fundos e projetos previamente aprovados pelo Poder Público.

Ao fazê-las e lançá-las na declaração, você garante que parte do imposto de renda que você pagou seja destinado ao programa social beneficiado, incluindo Fundos dos Direitos

da Criança e do Adolescente e Fundos dos Idosos, que permitem doar e abater até 6% (3% cada) do imposto de renda devido.

Para aproveitar a dedução já na declaração de Imposto de Renda 2022, no modelo completo, você precisa fazer uma doação incentivada ainda neste ano!

Participe com a ANFIP. Seja solidário(a)!

Jusprev retorna ao trabalho presencial com semana de palestras e atividades

A Jusprev retomou, na terça-feira (16/11), o trabalho presencial na sede administrativa da Entidade, em Curitiba (PR). Desde o início da pandemia os colaboradores estavam em trabalho remoto, com priorização de reuniões e encontros virtuais. O retorno foi realizado somente após a vacinação completa de todos e a tomada de medidas de segurança sanitária, como o uso de máscaras, álcool em gel e distanciamento entre as mesas.

A semana de retorno contou com diversas atividades, entre palestras e reuniões, para integrar a equipe e iniciar um novo momento de trabalho. Consultores de todas as regiões do país também participaram da semana. “Desde o começo da pandemia priorizamos a saúde dos nossos colaboradores, e membros de comitê, conselhos e diretoria. Agora retomamos, com toda a segurança necessária, o trabalho presencial”, destacou a gerente da Jusprev, Deborah Maggio.

Na terça-feira (16/11), os colaboradores participaram de uma palestra com Marlene Blanc. Ela é coautora dos livros “A arte de se tornar um profissional cobiçado” e “A arte de se tornar um profissional cobiçado em vendas”. Na quarta e quinta-feira (17 e 18/11), os colaboradores tiveram palestras com a Diretoria Executiva da Entidade. O diretor-presidente da Jusprev, Francisco Borges Ferreira Neto, falou sobre os planos de gestão para 2022, entre eles, uma maior aproximação com

as 87 Associações Instituidoras e a comemoração dos 15 anos da Jusprev. “O objetivo é chegar nesta data com cerca de 500 milhões em ativos previdenciários administrados”, destacou.

O diretor Jurídico e de Benefícios da Jusprev, Márcio Humberto Gheller, abordou o tema segurança jurídica e previdência. “Temos o firme propósito de garantir segurança jurídica aos nossos participantes e encontrar na crise oportunidades para crescer”, disse. O diretor Administrativo-Financeiro da Jusprev, Jair Eduardo Santana, também deu as boas-vindas aos colaboradores.

Durante a semana, também aconteceu um treinamento para os consultores previdenciários, com o objetivo de apresentar alguns temas específicos sobre a Jusprev e Previdência Complementar. A capacitação foi realizada pela Gerente Geral da JUSPREV, Deborah Maggio.

A semana de atividades finalizou no dia 19, com palestra do presidente do Colégio de Instituidoras da Jusprev, Décio Bruno Lopes, sobre o tema “Previdência do Servidor Público à Luz da Emenda Constitucional nº 103/2019”.

A programação incluiu ainda apresentações das áreas técnicas, como Relacionamento com o Participante, Comunicação e Marketing, Investimentos e Tecnologia da Informação.

Fonte: Jusprev

Série Grandes Debates analisa perspectivas para o Brasil em 2022

A Série Grandes Debates volta ao ar no dia 25/11, às 10 horas, para debater as “Perspectivas para o Brasil em 2022”. O evento virtual, promovido pela ANFIP, receberá entre os convidados o consultor legislativo do Senado Federal Luiz Alberto dos Santos.

Anote na agenda! O debate será transmitido pelo canal da ANFIP no YouTube e pelo Facebook e nos perfis da Agência Servidores. A mediação é feita pelo jornalista Sérgio Lerrer.

EXPEDIENTE LINHA DIRETA		 ANFIP <small>Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil</small> UNIÃO E TRABALHO!
<p>Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251 8100 Whatsapp: (61) 98289 5150</p> <p>Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicacao@anfip.org.br</p>	<p>DIRETOR RESPONSÁVEL Benedito Cerqueira Seba</p> <p>EDITORA Ludmila Machado</p> <p>REPORTAGEM Daiana Lima, Ludmila Machado, Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.</p>	
 www.instagram.com/anfipnacional	 www.facebook.com/anfip.nacional	 www.twitter.com/anfipnacional
 www.youtube.com/anfipoficial		
DETALHES E OUTRAS INFORMAÇÕES: WWW.ANFIP.ORG.BR		

Live Jurídico: ANFIP lança iniciativa jurídica para associados e detalha ações em andamento

A ANFIP lançou na quinta-feira (18/11) uma iniciativa inédita de apoio jurídico aos associados e seus familiares, o ANFIP Família. Os detalhes foram apresentados durante a Live Jurídico, transmitida pelo YouTube. Além do novo serviço, os advogados dos escritórios que atendem a ANFIP relataram o andamento do processo dos Anuênios, paridade no Bônus, 3,17%, Gifa e GDAT. Pela ANFIP, participaram da transmissão a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, o advogado Rodrigo Cartafina e o assistente jurídico Diego Costa.

ANFIP Família – O advogado Felipe Vieira, integrante do escritório Farág, Ferreira e Vieira Advogadas e Advogados, apresentou o novo benefício que proporcionará prestação de serviços advocatícios aos associados e seus familiares com redução no valor dos honorários, cobrando apenas 50% dos valores fixados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A ideia partiu da necessidade de apoiar os associados em momentos difíceis como a perda de um ente querido, colisão no trânsito ou planejamento tributário. “O Direito é algo muito amplo e está no dia a dia de todos nós. A ideia é não deixar os associados à mercê do mercado”, informou.

O escritório tem atuação nacional e conta com sedes físicas em Brasília, Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo e Santarém. Estão incluídas na atuação do convênio as áreas Cível, Familiar, Penal e questões específicas de servidores. Em breve serão disponibilizadas todas as informações sobre a utilização do benefício.

Anuênio – Sobre a ação dos anuênios, Felipe Vieira explicou a tese defendida pelo escritório. Conforme relatou, quando o anuênio foi revogado, pela MP 1815/1999, ficou garantido o recebimento do percentual existente em 8 de março daquele ano. Em função da implementação da remuneração através de subsídio, esta forma não permitia o pagamento de qualquer vantagem pessoal, inclusive o anuênio. Ocorre que, com o retorno da remuneração por vencimento básico, deveriam retornar também as



vantagens pessoais, entre elas o anuênio. Dessa forma, as situações já constituídas até 8 de março de 1999 devem ser respeitadas. “A partir do momento que vem a lei e retoma o vencimento básico como forma de remuneração, eu volto a ter a base de cálculo. Pedimos na ação que o direito adquirido em 1999 seja retomado. Não pedimos retorno do anuênio. Estamos pedindo a incidência do percentual congelado em 8 de março de 1999”, explicou.

Porém, destacou Felipe Vieira, decisões proferidas até o momento não entenderam essa questão. “Diante das negativas, mudamos a estratégia e agora estamos pulverizando as ações nos estados”, disse. O objetivo é buscar decisões favoráveis em qualquer tribunal para que, no fim, a Turma Nacional de Uniformização do Juizado Especial analise as favoráveis e desfavoráveis e unifique as decisões. O associado interessado pode entrar na página direitodoservidor.com.br e se inscrever, sem custo, no processo.

Bônus de Eficiência – Felipe Vieira informou que, quanto aos processos da paridade do Bônus do Eficiência, o compasso é de espera, já que o Tribunal de Contas da União entendeu que o pagamento é legal, porém precisa de regulamentação. “O que se decidiu é que é necessário regulamentar por lei, e não por decreto. Então é um processo político”, disse. O escritório está atuando em ações individuais, com decisões diferentes no país. Este é um caso, conforme Felipe Vieira, que será decidido também pela Turma Nacional de Uniformização. “Eles devem decidir se, mesmo sem regulamentação, o Bônus pode ser pago de forma diferente

para ativos e inativos. Só posso pagar diferente quando há uma comprovação de alcance de metas individuais para ativos. Como o Bônus não foi regulamentado, não tem mensuração de meta individual. Entendemos que, neste caso, não pode pagar diferente. Quando regulamentar, e tiver metas, aí tem como pagar diferente”, relatou.

Felipe Vieira lembrou que algumas ações buscam o pagamento do Bônus para aqueles que tiveram o recebimento suspenso temporariamente pelo TCU. Primeiramente é feito requerimento ao órgão pagador para que seja resolvido administrativamente. Caso não seja resolvido, o caso vai à Justiça, via mandado de segurança. O advogado explicou que algumas pessoas, mesmo que com parecer favorável, ainda não receberam os valores do período. Isso porque há um regramento no Poder Judiciário de que, quando a União é condenada a pagar, é necessário que a Segunda Instância analise a questão. “Mesmo que a União concorde em pagar, o Tribunal tem que rever e confirmar a decisão. Quem ganhou não recebeu por conta desse procedimento de conferência”, frisou.

28,86% – Priscila Abritta, advogada do escritório Mota & Advogados associados, iniciou sua exposição abordando o processo nº 93.00.10080-7, que pleiteia o reajuste dos 28,86%. Segundo ela, cada execução está em uma situação diferente de tramitação e a ideia é iniciar as tratativas de acordo com o INSS até janeiro de 2022, passado o recesso forense. “Em todos os processos, o acordo se mostra essencial para que os associados recebam esses créditos ainda em vida e possam usufruir desse dinheiro.”

Continua na Próxima Página

Nesses acordos, nós vamos primeiramente estabelecer os parâmetros, como critérios de atualização, índices de juros de mora e de correção monetária. O intuito é fechar esses critérios até fevereiro do ano que vem, para que haja uma expedição de precatório até 1º de julho de 2022 e pagamento no exercício seguinte”, explicou.

A advogada frisou que serão realizados acordos para todos os processos, com exceção àqueles que já transitaram em julgado, cujos critérios de cálculo já foram definidos e a expedição de precatórios depende somente de questões burocráticas. “Aos associados que possuem processos que já transitaram em julgado, a orientação é para entrarem em contato diretamente com a ANFIP ou, se for o caso, com as demais entidades nas quais foram abertos os processos. É fundamental que as pessoas tomem iniciativa de entrar em contato com a Entidade, em vez de apenas aguardarem maiores esclarecimentos”, concluiu.

PEC dos Precatórios – Acerca das consequências da PEC 23/21 (Precatórios) para os precatórios da ação 28,86% já expedidos, o advogado do Setor Jurídico da ANFIP, Rodrigo Cartafina, explicou que, caso a matéria seja aprovada como está, trará problemas para os beneficiários. “Pela PEC foi estipulado um teto de 44 bilhões para serem pagos ano que vem. Se estourar o teto o pagamento fica para os próximos anos, virando uma bola de neve”, disse. Cartafina informou ainda que se o texto for aprovado pelo Senado as entidades irão ajuizar ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF).

3,17% – Sobre o Mandado de Segurança 6864, a advogada Priscila Abritta relatou a questão da litispendência com o MS 4151. Conforme explicou, o MS 6864 foi impetrado com dois objetivos: primeiro, garantir a percepção do reajuste de 3,17% para os exequentes que não estavam contemplados no 4151; o segundo, tentar garantir para esses exequentes do 4151 a percepção do reajuste dos 3,17% para o período posterior à reestruturação da carreira. Todas as execuções foram ajuizadas, contudo houve determinação de desmembramento e elas tiveram tramitação diferenciada. Um grupo de execuções, que teve relatoria do ministro Félix Fischer, já transitou em julgado,

grande parte com precatório expedido. Já o segundo grupo foi atingido pela decisão do ministro Ribeiro Dantas de extinguir o MS 6864 por conflito de coisa julgada com o MS 4151. O escritório entrou com agravo, que foi julgado improcedente, e com embargos de declaração, que está pendente de julgamento. “Queremos que seja afastada a identidade de coisa julgada. Se o ministro assim não entender, queremos que a execução do 6864 continue para aquelas pessoas que não fazem parte do 4151”, declarou.

Na oportunidade foi apresentado o novo advogado contratado da Entidade, Ricardo Peres, integrante do Escritório Peres & Novacki Advocacia, que irá trabalhar em parceria com o Escritório Mota & Advogados Associados no STJ em prol dos associados que ainda não receberam.

GIFA – A atuação da Gratificação de Incremento à Fiscalização e Arrecadação (GIFA) é uma das mais recentes e possui mais de 340 execuções, tendo tramitações mais lentas e outras mais rápidas. Atualmente, todas as execuções da ação são patrocinadas pelo escritório Innocenti Advogados, que vem acompanhando todos os referentes processos junto à ANFIP. Segundo Rodrigo Cartafina, após inúmeras reuniões com a Advocacia-Geral da União (AGU), teve-se uma sinalização favorável de proposta de acordo, que teria um deságio de 20% em cima do valor calculado pela agência. Diante disso, o advogado afirmou que a ANFIP e o Innocenti estão negociando, desde então, um acordo geral que favoreça e defenda os interesses dos associados. Assim que firmadas, as propostas acordadas serão submetidas à aprovação de cada exequente, mediante contato do setor Jurídico da ANFIP. A previsão é de que os precatórios possam ser expedidos até 1º de julho de 2022 e pagos pela União em 2023, de acordo com a Constituição Federal.

Além dos esclarecimentos sobre o trâmite da ação, Cartafina destacou a importância dos herdeiros ou pensionistas realizarem a habilitação, agora assumida inteiramente pelo setor Jurídico da ANFIP. “A manifestação com relação aos acordos e o recebimento do crédito só podem ocorrer com a regularização processual (habilitação), que pode ser realizada tanto com o setor Jurídico da ANFIP, com condições especiais, quanto

com qualquer escritório ou advogado de confiança. Para que os pensionistas ou herdeiros possam participar, de acordo com a ordem da vocação hereditária do Código Civil, é necessário cumpri-la o quanto antes”, completou. Vale lembrar que o valor pago é único para todo o espólio e é cobrado antecipadamente devido às custas do procedimento e do acompanhamento do setor até que haja o recebimento. Já os honorários de êxito serão destacados do valor dos precatórios ao final do processo e serão devidos aos escritórios que acompanharam a ação. Mais informações sobre o procedimento, incluindo orientações e valores, podem ser tratadas diretamente com o setor.

GAT – Já em relação à Gratificação de Atividade Tributária (GAT), a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, informou que o processo está no TRF1 e deve ser julgado novamente, pois faltou o voto um dos desembargadores. A ANFIP também aguarda o trâmite da Ação Rescisória proposta pela AGU contra o Sindifisco Nacional, que ainda está sendo avaliada.

GDAT – Acerca da GDAT, existem execuções com precatórios expedidos, depositados e aguardando desbloqueio. Ocorreu o julgamento de um agravo regimental no TRF1, e a Advocacia Geral da União (AGU) e o próprio escritório patrono das ações entraram com recursos especiais. O processo foi encaminhado no STJ e distribuído. “Isso é bom, porque os processos no STJ não costumam demorar muito. Então, julgando lá, após o trânsito em julgado os valores serão desbloqueados. Os valores não são liberados agora porque a AGU não concorda com os mesmos e continua recorrendo, ela não quer que esses valores que estão depositados sejam liberados, pois quer pagar menos”, explicou.

Novas ações – A Entidade dará início a duas novas execuções: correção monetária da GEFA, que tem como objeto o pagamento da correção no período compreendido entre dezembro de 1989 e julho de 1991 até o efetivo pagamento administrativo, que se deu em agosto de 1992; e a contribuição previdenciária sobre 1/3 de férias.

A ANFIP destaca que os associados que tiverem dúvidas sobre os processos podem entrar em contato com o juridico@anfip.org.br.

Confira a live completa [AQUI](#).

ANFIP debate os impactos da Reforma Administrativa e da PEC dos Precatórios

Na terça-feira (16/11), o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, juntamente com os vice-presidentes Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social) e José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Políticas de Classe e Salarial), recebeu o convidado Antônio Augusto de Queiroz, consultor político, para debater os efeitos das PECs 32/20, da Reforma Administrativa, e 23/21, dos Precatórios. As matérias tramitam na Câmara dos Deputados e estão sendo consideradas possíveis fontes de subsídio para projetos do governo no ano eleitoral.

Abrindo o debate, **Décio Lopes** afirmou que ambas as propostas trazem muita dúvida ao serviço público: “A deterioração do serviço público, onde existe, é exatamente por falta de investimento e de recursos materiais e humanos. Sendo aprovada, a PEC 32 pode trazer muita dificuldade para a prestação de serviço, bem como uma terceirização galopante do funcionalismo público e a substituição dos concursos por cargos comissionados e contratações temporárias, que são um risco, já que os prestadores privados visam apenas o lucro”.

Em relação à PEC 23, dos Precatórios, apontou que “é uma penalização para aqueles que esperam por mais de 20 anos uma decisão da Justiça”. E completou: “Quando essa decisão se consolida, vem o deságio por parte do governo e da AGU nas negociações. Essas decisões causam uma insegurança jurídica muito grande, seja nos investidores, seja na sociedade de maneira geral ou nos servidores públicos, que têm uma gama de precatórios inscritos decorrentes de questões que o próprio governo não assumiu. Este debate é muito importante para nós”.

Antônio Queiroz, consultor político e diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), traçou um panorama do que se vislumbra



em relação às duas matérias, além de contextualizar politicamente os objetivos que motivaram o encaminhamento destas ao Congresso Nacional. Queiroz fez questão de lembrar da recente aprovação da chamada PEC Emergencial (EC 109/21), que aprofundou o Teto de Gastos, tornando-o mais rígido, e trouxe diversos exemplos de impactos negativos da Reforma da Previdência para os servidores públicos.

“É um conjunto de perversidades que vêm se acumulando de forma gradual. Cada medida pior que a outra no sentido de retirar direitos dos servidores. Agora o sistema está muito mais perverso, porque ele está baseado em contrato temporário e terceirização, que é o sujeito prestar serviço público sem ser servidor público. É, portanto, uma fraude dupla, porque ele não recebe como um servidor nem tem as prerrogativas para exercer aquela atividade. Então é uma burla ao mecanismo sob o fundamento de que isso traz economia, sendo que está provado que não traz. Traz insegurança, mas não traz economia; traz precarização, mas não traz qualidade. É um aspecto muito negativo”, disse.

Benedito Seba alegou que há vários governos tem se falado em reforma administrativa, mas que todas as que foram apresentadas visavam retirar direitos dos servidores, sem melhorar o serviço público para a população. De

acordo com ele, em vez de ameaçar tirar direitos e aplicar demissões, o ideal seria fazer, primeiramente, uma reforma para buscar o diagnóstico do funcionamento do serviço público e ver quais são as necessidades de melhoria no atendimento para a sociedade. Já em relação à PEC dos Precatórios, afirmou que “são meios que o governo utiliza para prejudicar quem tem direito àquele valor e beneficiar as empresas, já que o mesmo título poderia pagar dívidas tributárias”. O vice-presidente também criticou a Reforma da Previdência, o congelamento salarial, a alta da inflação e outros aspectos fortemente presentes durante o período pandêmico no Brasil.

Em sua exposição, **José Arinaldo** fez importantes colocações sobre o crescente populismo no país, que reforça a polarização e contribui negativamente para o atual cenário sociopolítico nacional. “As duas PECs têm engrenagens em comum, com o objetivo de reduzir a despesa do governo para que, no orçamento primário, possa ter mais flexibilidade para conseguir êxito eleitoral. Estão oferecendo emendas e benefícios com o objetivo maior de conseguir aprovar as PECs, tanto a Administrativa quanto a dos Precatórios. O que está acontecendo é uma banalização da nossa Constituição e um descrédito do Estado brasileiro”, declarou.

Assista [AQUI](#) ao debate completo.

CCJ aprova PL que prorroga a desoneração da folha até 2023

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (17/11), o parecer do Projeto de Lei (PL) 2541/21, que estende a desoneração da folha de pagamento para empresas de 17 setores da economia. Na ocasião, foi realizada votação simbólica, quando não há registro nominal do voto de cada parlamentar.

Vale lembrar que o benefício fiscal vem sendo mantido desde 2014 e estava previsto para acabar no final de 2021.

Após consenso entre o relator, deputado Marcelo Freitas (PSL-MG), e o governo, o texto teve sua versão original alterada, mudando o ano limite da prorrogação de 2026 para até 2023.

A ANFIP é contra a aprovação do PL, tendo em vista que a ampliação da isenção promove excessiva renúncia fiscal e prejudica exorbitantemente as contas da Previdência Social. A Entidade segue atenta à tramitação da matéria.

Mobilização em defesa dos servidores continua



O vice-presidente de Assuntos Parlamentares da ANFIP, José Avelino da Silva Neto, marcou presença nas mobilizações em Brasília, na terça-feira (16/11), contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, da Reforma Administrativa.

As atividades foram realizadas com preocupação, após o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), em entrevista à imprensa, cobrar empenho do governo para votar a Reforma Administrativa e a PEC 23/21, dos Precatórios, ainda neste ano.

Pela manhã, as concentrações aconteceram no aeroporto da capital federal, para recepcionar os parlamentares. Durante a tarde, os servidores se reuniram na entrada do Anexo II da Câmara dos Deputados, com carro de som, panfletos e faixas com mensagens de alerta.

As entidades intensificarão as ações nos próximos dias para garantir a derrota das matérias, que prejudicam os servidores e a população. O momento é decisivo e é necessário que todos participem das mobilizações.

Confira os novos arquivos disponíveis no hotsite da Reforma Administrativa



O hotsite exclusivo sobre a PEC 32/20 (Reforma Administrativa), editado pela ANFIP, tem novos dados disponíveis. As atualizações incluem artigo do consultor parlamentar Antonio Augusto Queiroz, analisando a situação dos ocupantes de cargos exclusivos de Estado no texto aprovado na Comissão Especial, e os quatro novos Cadernos da Reforma Administrativa, produzidos pelo Fórum Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Além de todo conteúdo já publicado, como notas técnicas e públicas, estudos, cartilhas, vídeos e links úteis, a página eletrônica também conta com notícias atuais sobre a mobilização e a tramitação da proposta no Congresso Nacional.

O material pode ser visualizado ou baixado diretamente no endereço anfip.org.br/reforma-administrativa.

Fonacate avalia ações contra PECs 32/20 e 23/21



As entidades que integram o Fórum das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), entre elas a ANFIP, estiveram reunidas na quarta-feira (17/11) para analisar a atual conjuntura política e alinhar estratégias contra as PECs 23/2021, dos Precatórios, e 32/2020, da Reforma Administrativa.

Pela primeira vez, em dois anos, o encontro foi presencial. O presidente do Fórum, Rudinei Marques, fez uma breve avaliação das ações realizadas este ano e afirmou que tudo que o governo não fez no debate da Reforma Administrativa, o Fórum fez, sempre apresentando estudos, realizando debates e explicando como a Reforma impactará o país.

Acerca da PEC 32/20, o presidente da ANFIP, Décio Bruno

Lopes, reforçou a importância de seguir com as mobilizações. “Fazendo uma retrospectiva, percebemos que as grandes reformas constitucionais ocorreram entre os meses de novembro e dezembro. Então, se ficarmos com a ideia de que já conseguimos, a gente pode ter a grande surpresa de antes do recesso parlamentar eles se reunirem no tardar da noite e aprová-la. Nós já nadamos até aqui e não podemos baixar a guarda”, alertou.

Os presentes também apresentaram o ponto de vista das entidades com uma leitura jurídica e econômica dos efeitos da PEC 23/21, e discutiram estratégias de enfrentamento. Segundo Rudinei Marques, a matéria está prestes a ser votada no Senado, mas a Casa está resistente ao texto que veio da Câmara. O Fórum fez uma proposta de texto a ser encaminhada aos senadores nos próximos dias e continua com o trabalho intenso nas redes sociais, na TV e junto aos parlamentares para que a matéria não seja aprovada como está.

Na ocasião, também foi realizada a eleição de membros dos conselhos Executivo e Fiscal do Fórum para o triênio 2022/2024. A ANFIP integrará o Conselho Fiscal representada pelo presidente da Entidade.

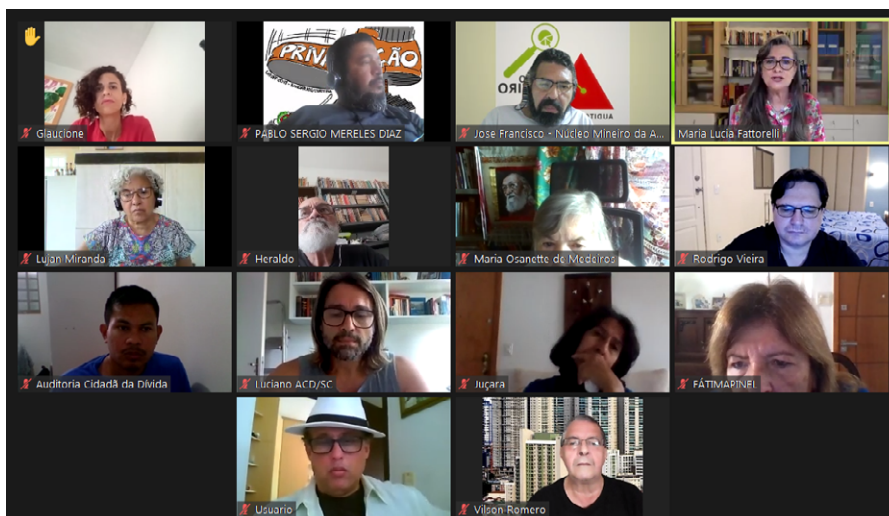
ANFIP participa de reunião sobre esquema de Securitização na PEC dos Precatórios

As entidades que integram o Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), dentre elas a ANFIP, reuniram-se na quarta-feira (17/11), para tratar das consequências decorrentes da inclusão do esquema de Securitização na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/2021, conhecida como PEC dos Precatórios. A ANFIP foi representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

A reunião aconteceu em formato virtual e foi conduzida pela coordenadora da ACD, Maria Lúcia Fattorelli, que considerou vergonhosa a aprovação da PEC na Câmara dos Deputados, que agora será analisada no Senado Federal, e alertou sobre a gravidade dos danos provocados pelo esquema de Securitização. Confira os pontos destacados:

- Geração de dívida pública disfarçada, a qual passa a ser paga por fora dos controles orçamentários, mediante o desvio de tributos arrecadados de contribuintes;
- Desvio de recursos dos impostos pagos durante o seu percurso pela rede bancária, sem limite ou parâmetro algum;
- Agravamento da situação dos orçamentos públicos, devido à redução decorrente do desvio dos impostos que sequer alcançarão os cofres públicos, com graves danos a todos os demais gastos sociais e investimentos públicos;
- Perda de controle sobre parte da arrecadação tributária desviada para esse esquema;
- Relação com a PEC 32/20, pois o esquema de securitização acelera o desmonte do Estado;
- Relação com o “Regime de Recuperação (implosão) fiscal”, que está sendo imposto a estados e municípios, considerando que tal regime impõe a securitização.

A coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida também denunciou que “a PEC 23 foi aprovada em suspeita votação na Câmara dos



Deputados, sob denúncia de liberação de bilhões de reais em ‘emendas de relator’; surgimento de questionável emenda aglutinativa que desobedeceu a disposições regimentais, além de modificações regimentais na data da votação, admitindo-se inclusive votos de parlamentares licenciados, em missão no exterior, entre outros aspectos inaceitáveis sob qualquer ponto de vista, especialmente a ética”.

Fattorelli esclareceu, ainda, as inverdades sobre o esquema de Securitização:

- Falsa propaganda de que o esquema da Securitização traria uma “solução” para os créditos incobráveis de Dívida Ativa que os entes federados não conseguem receber, pois na verdade o esquema de Securitização gera dívida pública disfarçada, enquanto a Dívida Ativa permanece onde sempre esteve: sendo cobrada e administrada pela administração tributária, com todos os riscos de ser arrecadada ou não;
- Falsa propaganda de que a PEC 23 seria necessária para pagar “auxílio” (que sequer consta do texto da PEC) aos empobrecidos, mesma chantagem usada para aprovação da PEC 10 (EC 106) e da PEC 186 (EC 109), usando-se a miséria do povo faminto para aprovar nocivas alterações constitucionais;
- Falsa propaganda de que o

governo não teria como honrar os Precatórios, sendo que possuímos cerca de R\$ 5 trilhões em caixa no governo federal, a serviço do rentismo;

- Comprometimento das receitas previdenciárias, ao incluir parcelamento de dívidas previdenciárias de municípios, com redução de R\$36,3 bilhões de juros e multas, conforme nota da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Dentre as ações de mobilização contra a inclusão do esquema de Securitização na PEC 23/21, foram tomadas as seguintes iniciativas: ferramenta de envio de cartas a parlamentares, com 1 clique; interpelação extrajudicial ao presidente da Câmara e lideranças partidárias; e interpelação ao presidente do Senado, presidente da CCJ e lideranças.

Ainda na reunião, os dirigentes deliberaram sobre ações conjuntas para o período em que a PEC estiver tramitando no Senado, como pressionar os senadores a rejeitarem a proposta; repúdio às mentiras e chantagens usadas para convencer parlamentares e opinião pública sobre a necessidade da PEC 23; e denunciar que o objetivo da PEC é inserir o esquema de Securitização no texto constitucional, permitindo a vinculação dos impostos pagos a esse esquema, por fora dos controles orçamentários, sem limite ou parâmetro algum, com imensos danos à sociedade.

Câmara aprova MP que recria Ministério do Trabalho e Previdência; texto segue para o Senado

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (16/12) a Medida Provisória 1058/21, que recria o Ministério do Trabalho e Previdência e transfere a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para a pasta do Turismo. A MP segue para o Senado.

O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado José Nelto (Pode-GO), que retomou o tema da MP 905/19

criando o Domicílio Eletrônico Trabalhista para permitir ao Ministério do Trabalho notificar o empregador, por comunicação eletrônica, sobre atos administrativos, ações fiscais, intimações e avisos em geral.

O Plenário rejeitou todos os destaques apresentados pelos partidos na tentativa de mudar trechos do texto. Confira a matéria na íntegra [AQUI](#).

XXVIII CNO: Certificados são enviados para e-mail de participantes inscritos

Atenção associados que participaram como inscritos da XXVIII Convenção Nacional, o certificado de participação foi encaminhado, por e-mail, na quinta-feira (18/11).

Caso algum participante não tenha recebido, entre em contato com o Setor de Informática pelo e-mail informatica@anfip.org.br.

Benefícios

Plano de saúde com preços competitivos? Os associados da ANFIP têm!



Os associados que não possuem plano de saúde ou que estão em outros planos do mercado e gostariam de um novo atendimento, com cobertura nacional e preços diferenciados, já podem aderir ao Unimed Vitória/ANFIP. E tem mais! Com Carência Zero* para contratos realizados até o dia 30/11.

Além da Carência Zero, o reajuste de mensalidades do plano será somente em fevereiro de 2023. Na Unimed

Vitória o usuário tem ainda plano odontológico sem custo de mensalidades. Não acaba por aqui! Os Auditores Fiscais que se associarem à ANFIP e aderirem ao plano terão isenção de seis mensalidades associativas.

Aproveite todos esses benefícios e faça logo sua adesão! Os associados podem consultar mais informações e a tabela de preços, que ganha dos concorrentes, na página restrita, pelo caminho Assistenciais – Unimed – Apresentação do Plano Unimed Vitória Contrato 6848, 8052 e 8444. Corram, pois as adesões com todos esses benefícios **vão até dia 30/11**. Você também pode entrar em contato pelo 3004-9196.

Essa é a parceria da ANFIP e da Benevix oferecendo aos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil serviços que atendem aos seus interesses.

**Carência Zero exceto Parto (300 dias) e CPT – Cobertura Parcial Temporária (720 dias). Campanha válida para contratos 6848 (Enfermaria e Apartamento) e 8052 (Rede Diferenciada).*

Faculdade Brasileira de Tributação oferece bolsas para pós-graduação



Quer tirar a sua pós-graduação do papel e iniciar o seu curso ainda este ano? Aproveite a oportunidade oferecida pela Faculdade Brasileira de Tributação (FBT), conveniada da ANFIP, e faça já sua matrícula. São 10 bolsas de 50% para os cursos de pós-graduação! Válidas para matrículas até 22/11/2021 (e conforme a disponibilidade) nas turmas que iniciam em novembro de 2021.

Confira os cursos:

- Especialização em Direito Tributário e Contabilidade Tributária;
- Especialização em Planejamento Tributário;
- Especialização em Compliance e Gestão Tributária;
- MBA em Gestão Financeira e Tributária.

Saiba mais [AQUI](#).

Estaduais

ANFIP-PE realiza dia 1º/12 live de Ação de Graça

A ANFIP-PE, Estadual em Pernambuco, realiza no dia 1º de dezembro, às 15 horas, a live “Ato de Ação de Graça”, uma tarde especial com mensagens de muita prosperidade, amor, saúde e paz, que serão passadas através de religiosos, transmitindo a todos esse momento de celebração e agradecimento à vida.

O Coral “Amigos da ANFIP-PE” se apresentará, cantando para os associados, familiares e amigos, acompanhado por uma banda maravilhosa, com direito a homenagem aos associados aniversariantes. Participam também, com mensagens especiais, o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes; a presidente da ANFIP-PE, Rita de Cássia Cavalcanti Couto; o vice-presidente



de Comunicação e Relações Públicas, Luiz Mendes Bezerra; e a vice-presidente Cultura Profissional e Eventos, Maria da Penha do Nascimento Mendonça.

Todos estão convidados a participar desta tarde de confraternização e amizade. Para assistir à live acesse o Youtube [AQUI](#).

Representante de MT e vice-presidente de Comunicação da ANFIP realizam reunião com associados

Na terça-feira (16/11), o vice-presidente de Comunicação Social da ANFIP, Benedito Cerqueira Seba, foi convidado para uma reunião com a representante da Estadual da ANFIP no Mato Grosso, Ana Pereira Leite, para tratar de assuntos relacionados ao trabalho que vem sendo desempenhado pelas entidades desde 2019.

Durante a visita, Benedito Seba comentou sobre os projetos de inovação implementados em seu mandato, a XXVIII Convenção Nacional, as lives da Série Grandes Debates, bem como o lançamento do aplicativo ANFIP Digital, a atualização do site e da Área Restrita, e a promoção de reuniões e webinários em formato 100% digital. O vice-presidente afirmou que a ANFIP vem se reinventando e modernizando cada vez mais, sempre buscando maior valorização e integração com os associados.

“A pandemia trouxe grandes desafios. Mas, mesmo a distância, conseguimos importantes conquistas, como os convênios com a Cooperforte e a Jusprev, e o novo plano de saúde com preços e produtos diferenciados. Obtivemos sucesso na Convenção Nacional, realizada pela primeira vez de forma totalmente digital, e em todas as Lives que nos propusemos a fazer, como a mais recente, sobre os impactos das PECs 32/20 (Reforma Administrativa) e 23/21 (Precatórios), que foi ao ar no dia 16 de novembro em nosso canal no YouTube. Além de prosperarmos em diversos projetos em prol de nossos associados e em defesa de toda a categoria”, concluiu.

Ana Pereira informou que o encerramento de seu mandato



está previsto para o dia 31 de dezembro de 2021, e solicitou aos associados que se candidatem para representar o estado na próxima gestão. A representante informou ainda que a partir do dia 1º de janeiro de 2022 estará fazendo parte do novo Conselho Executivo da ANFIP, atuando como suplente da região Centro-Oeste. Ela compartilhou o desejo de realizar uma confraternização de fim de ano para comemorar as conquistas da gestão com todos os colegas e associados. Mais informações sobre o evento serão divulgadas em breve.

Ao se despedir, Benedito Seba se propôs a disputar a eleição para representante da Estadual, desde que alguém se candidatasse como suplente, em que foi prontamente atendido pelas colegas Ivana Maria Fernandes de Campos Barros e Dalva da Cunha, que concordaram em colaborar.

Presidente Décio Lopes reúne-se com representante da ANFIP-PR

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, estiveram na quinta-feira (18/11) na ANFIP-PR, Estadual no Paraná, oportunidade em foram recebidos pela presidente em exercício, Maruchia Mialik. Na pauta, trataram das decisões da XXVIII Convenção Nacional e da eleição da diretoria da Fundação ANFIP.

Décio Lopes participou na sexta-feira (19/11), como palestrante, do Encontro de Capacitação da Jusprev,



que aconteceu em Curitiba. O presidente falou sobre “Providência do Servidor Público”, em encontro presencial.